

ACTA N.º 18

Acta da Assembleia Municipal de Alpiarça, realizada no dia vinte de Fevereiro de 2004.

Aos vinte dias do mês de Fevereiro do ano de dois mil e quatro, pelas vinte e uma horas e vinte minutos, reuniu, no Salão da Junta de Freguesia de Alpiarça, a Assembleia Municipal de Alpiarça, com a presença dos seguintes membros: Vera Lúcia Santos Noronha, Maria Graciete A. Costa de Brito, Sónia Isabel Sanfona Mendes, Paulo Francisco Espírito Santo, Vasco Luís Pimenta d'Aguiar, Anabela Leal Coutinho, Maria Felícia Prudêncio Gameiro, Teresa Isabel Claudino de Freitas, Maria Leonor Tendeiro Ribeiro, Ricardo Manuel Hipólito, João Abílio Mourato Rosa, Cláudia Cristina Favas Rodrigues, Vitória Maria Faria de Brito, Manuel Luís Bárbara, António da Conceição Moreira e António Jesus Milheiriço, em substituição de Pedro Miguel Santiago Gaspar que pediu suspensão de mandato por um período de quinze dias.

Foi dado cumprimento á seguinte ordem de trabalhos:

Ponto um - Apreciação da Informação Escrita a apresentar pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal acerca da Actividade do Município e da sua situação financeira, ao abrigo da alínea e), do n.º 1, do art.º 53º, da Lei n.º 5-A/2002 de 11 de Janeiro.

Ponto dois- Apreciação e votação da Proposta de Estatutos da Comunidade Urbana da Lezíria do Tejo e anexo relativo ao Património da AMLT, a transferir para a Comunidade Urbana e Proposta de Competência a transferir dos Municípios para a CULT.

Ponto três- Apreciação da Actividade de 2003 da Comissão de Protecção de Crianças e Jovens em Risco, ao abrigo da Lei n.º 147/99 de 1 de Setembro.

Ponto quatro – Apreciação e votação do Regulamento do Serviço de Abastecimento de Água do Município de Alpiarça.

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

A Presidente da Mesa iniciou a reunião colocando em discussão as actas das sessões números quinze, dezasseis e dezassete.

A acta da sessão número quinze foi aprovada por maioria, com dez votos a favor e cinco votos contra, após correcção da redacção sobre a intervenção do eleito Vasco d'Aguiar no ponto doze da ordem de trabalhos. Este eleito apresentou declaração de voto, por não concordar com a forma de elaboração das actas.

A acta número dezasseis foi aprovada por maioria, com dez votos a favor, cinco votos contra e uma abstenção de António da Conceição Moreira, por não ter estado presente na respectiva sessão. Nesta acta foi corrigida na página dois a intervenção do eleito Ricardo Hipólito.

Relativamente à acta número dezassete o eleito João Abílio Mourato solicitou que fosse introduzida correcção numa sua intervenção. Esta acta foi também aprovada por maioria, com dez votos a favor, cinco votos contra e uma abstenção. O eleito Ricardo Hipólito solicitou à mesa uma certidão de teor das declarações que lhe são atribuídas e que constam na página cinco desta acta, uma vez que considera não traduzirem o que disse. A eleita Sónia Sanfona e o eleito Paulo Espírito Santo intervieram para se manifestarem contra este pedido, que consideram insólito e não denotando boa-fé relativamente a uma acta que já está aprovada e sobre a qual o eleito não se pronunciou em devido tempo. Ricardo Hipólito referiu ter muitas dúvidas sobre se afirmou o que consta na acta e que pretendia ficar esclarecido. Vasco d'Aguiar considerou que o pedido de certidão tem cobertura legal, o que foi confirmado pela Presidente da Mesa.

A Presidente da Mesa passou seguidamente às informações sobre a correspondência recebida e outras - quais os elementos da Comissão de Depoimentos, da qual se realiza a próxima reunião em onze de Março; que a primeira reunião do Conselho Municipal de Educação terá lugar no dia dezoito de Março; sobre respostas aos requerimentos da CDU relativas a edifícios em situação de degradação e sobre os relatórios de contas de 2001, 2002 e 2003. Seguidamente, e na sequência de notícia da comunicação social sobre a ausência de resposta a requerimentos da CDU, solicita a esta bancada a relação dos documentos que até à presente data não foram alvo de resposta. O eleito Ricardo Hipólito deu alguns exemplos de documentos que não obtiveram resposta, tendo a Presidente da Mesa insistido para que se lhe faça chegar a relação desses documentos. Interveio o eleito Vasco d'Aguiar

referindo que nas actas se encontram algumas solicitações não atendidas, que lhe deve ser facultada toda a documentação a que tem direito e que a não disponibilização dos mesmos revela má vontade.

A Presidente da Mesa informou ainda que não pode assinar a senha de presença do Vereador Henrique Arraiolos correspondente à sessão de Dezembro da Assembleia, uma vez que este não esteve presente na referida sessão.

Seguidamente, fez referência à entrevista do Vereador Henrique Arraiolos ao jornal “ O Mirante”, questionando-o sobre se tem conhecimento dos procedimentos para convocar uma reunião da Assembleia Municipal. Referiu também outras questões da mesma edição, de um de Janeiro, nomeadamente sobre o relatório da IGAT.

Interveio o Vereador Henrique Arraiolos, considerando que as questões deveriam ser colocadas ao jornal. A Presidente da Mesa insistiu, questionado o Vereador sobre se tinha feito pedido de correcção ao jornal acerca das situações que afirmou não serem declarações suas relativamente à ocultação do relatório da IGAT, uma vez que estranhou que sobre esta matéria não tenha sido dado conhecimento à Assembleia Municipal.

O eleito Paulo Espírito Santo considerando que, competindo à Assembleia Municipal a função de verificar a legalidade da actividade do executivo, pretende ficar esclarecido se o Vereador Henrique Arraiolos teve ou não conhecimento do relatório, teve ou não conhecimento do parecer da CCR e se tinha ou não o direito a ter esse conhecimento, para que a Assembleia possa saber se o executivo agiu dentro da lei.

O eleito Vasco d’Aguiar questionou a Presidente da Mesa sobre se tem alguma coisa a dizer à Assembleia sobre o relatório, porque pensa ser um direito que lhe assiste.

O eleito Paulo Espírito Santo fez um ponto de ordem à Mesa, uma vez que colocou questões que não foram respondidas.

A Presidente da Mesa esclareceu que, por enquanto, ainda não é possível divulgar o relatório. O eleito Ricardo Hipólito interveio para referir que há excertos do relatório num comunicado da Câmara e que declarações do Presidente da Câmara a um jornal nacional, em Janeiro de 1998, também contêm dados de um relatório que estava a decorrer.

O eleito Paulo Espírito Santo voltou a intervir, referindo que, se a bancada da CDU não estava preocupada com as questões que foram colocadas ao Vereador Arraiolos, então talvez a bancada da CDU tivesse mais conhecimentos sobre o relatório do que os restantes membros da Assembleia.

O eleito Ricardo Hipólito interveio para se referir a um comunicado do movimento “Alpiarça é a razão”. A eleita Sónia Sanfona referiu que este documento é de um movimento e não do executivo.

Voltando ao assunto anterior o eleito Manuel Luís Bárbara fez questão de ouvir o Vereador responder às questões que lhe foram colocadas e, referindo-se ao comunicado, considerou que a bancada da CDU, ao abster-se na votação para a implementação do projecto Renoldy, o não aprovou.

O Vereador Henrique Arraiolos referiu que a correcção que fez ao Jornal “o Mirante” foi sobre o facto de o relatório ter sido levado a uma sessão de Câmara não lhe tendo sido facultada cópia do mesmo. Referiu-se ainda a um parecer final assinado pelo Ministro em que há matéria não sigilosa. Relativamente aos abonos que considera indevidamente recebidos pela Vereadora Vanda Nunes procurou analisar o processo, não o tendo conseguido, uma vez que não obteve resposta a um requerimento que apresentou sobre o assunto há já vinte e oito dias. Referiu ainda que houve uma intercepção do vereador Ferreirinha, em cópias referentes ao assunto. O Vereador Ferreirinha negou que tivesse havido qualquer intercepção sua, referindo que, sobre este assunto, há informação de uma técnica superior da Câmara.

O Presidente da Câmara questionou o eleito Ricardo Hipólito sobre a data da sua entrevista ao Diário de Notícias, informando que, nessa data (28 de Janeiro de 1998), não poderia ter comentado sobre uma inspecção que apenas começou a decorrer um ano depois. Relativamente à entrevista que o Vereador Henrique Arraiolos deu ao jornal “O Mirante”, fez o historial da divulgação do relatório junto do executivo, referindo que solicitou informação à IGAT sobre as possibilidades da respectiva divulgação e que a resposta, obtida apenas em dezanove do corrente, remete para a legislação em vigor, que passou a ler.

O eleito Vasco d’Aguiar, referindo-se ao comunicado do movimento “Alpiarça é a razão” considerou que parece haver rotura deste movimento com o executivo

e, quanto ao relatório, que o executivo não estava impedido de facultar cópia do mesmo, uma vez que a CDU recebeu uma cópia. O eleito Paulo Espírito Santo questionou de imediato sobre como lhes chegou o relatório, ao que Vasco d'Aguiar esclareceu que chegaram apenas as respostas às questões colocadas pela CDU.

A Presidente da Mesa questionou o eleito Vasco d'Aguiar sobre como teve acesso a essa documentação, tendo este eleito esclarecido que foi remetida à CDU pela IGAT, no que corresponde às situações que foram denunciadas por aquela.

A eleita Cláudia Rodrigues pede novamente esclarecimento sobre a legislação, que o Presidente voltou a ler.

O Presidente da Junta de Freguesia solicitou ao Vereador Henrique Arraiolos que confirmasse se, em sete de Janeiro, enviou ao Jornal "O Mirante" pedido de correcção sobre as declarações respeitantes á divulgação do relatório, o que o Vereador confirmou.

A Presidente da Mesa solicitou que fossem apresentadas as moções ou outros documentos. Foram apresentadas quatro moções, um voto de pesar e um pedido de esclarecimento.

A Moção número um, apresentada pela bancada da CDU, repudiava a anunciada privatização da Companhia das Lezírias. Sobre esta Moção o eleito Manuel Luís Bárbara solicitou confirmação se os factos apresentados são exactos. A Moção foi aprovada por maioria, com quinze votos a favor e um contra.

A Moção número dois, apresentada pela bancada da CDU, referia-se ao julgamento sobre o aborto. Houve intervenções de Paulo Espírito Santo e Manuel Luís Bárbara, considerando que a moção traduz o sentimento da bancada do PS. Foi aprovada por maioria, com quinze votos a favor e uma abstenção. A presidente da Mesa apresentou uma declaração de voto, congratulando-se por esta Moção e lamentando que o referendo sobre o aborto tivesse sido conduzido de forma tão incorrecta.

A Moção número três, também apresentada pela bancada da CDU, referia a degradação do serviço público de distribuição de energia eléctrica. Não tendo havido intervenções, foi aprovada por unanimidade.

A Moção número quatro, apresentada pela bancada do PS, repudiava os comunicados anónimos que têm sido distribuídos em Alpiarça. Após proposta de alteração apresentada pela Presidente da Mesa, o eleito Ricardo Hipólito teceu considerações sobre os comunicados anónimos, defendendo que a luta política seja feita de “cara descoberta”. A Moção foi aprovada por unanimidade. O Voto de Pesar foi apresentado pela bancada do PS, lamentando a morte prematura do Deputado Acácio Barreiros. Este Voto de Pesar foi aprovado por unanimidade.

A eleita Leonor Tendeiro solicitou um esclarecimento sobre notícias que referem a existência de habitação social devoluta em Alpiarça e a que critérios obedece a sua distribuição. O esclarecimento foi dado pelo Presidente da Câmara, que explicitou os critérios, agora existentes, sobre a atribuição de casas.

O eleito Ricardo Hipólito colocou ainda duas questões ao executivo: sobre o futuro da estação dos CTT, uma vez que em diversas localidades as estações estão a ser encerradas e sobre o estado de cumprimento do protocolo entre a Câmara e a empresa Sarcil. Teceu ainda considerações sobre a forma positiva como foi tratado o assunto da habitação degradada, em resposta a requerimento da CDU.

O eleito Vasco d’Aguiar, referindo-se ao comunicado à população distribuído pela Câmara, chamou a atenção para o último parágrafo, referindo que este assunto tinha sido votado por unanimidade em reunião de Câmara de 1997, tendo o Presidente da Câmara legitimado a pretensão do Vereador Henrique Arraiolos. Seguidamente, referiu-se a uma carta enviada aos trabalhadores da autarquia, em que é exposta a situação da dívida de juros à Caixa Geral de Aposentações, e que pode induzir em erro, nomeadamente os funcionários que aguardam aposentação.

O Presidente da Câmara solicita à Presidente da Mesa autorização para ler uma intervenção. Em seguida deu resposta às questões colocadas pelo eleito Ricardo Hipólito.

Referindo-se à intervenção do Presidente da Câmara, Vasco d’Aguiar considera que as acusações lhe são directamente dirigidas e que, no que se

refere à Instituição José Relvas, o que foi posto em causa no início dos anos oitenta, foram erros de gestão e não a pessoa do seu Presidente.

A Presidente da Mesa chama a atenção para o adiantado da hora, pedindo contenção nas intervenções.

O eleito Ricardo Hipólito voltou a colocar a questão do protocolo com a Sarcil, que não tinha sido respondida, precisando que o que pretendia saber eram os aspectos relacionados com a estrada de acesso à exploração de inertes. Referiu, ainda, que o Presidente fez uma colagem da CDU aos comunicados anónimos, o que considerou incorrecto, lamentando se algum elemento do Partido Comunista tivesse estado ligado a essas manifestações.

O eleito Vasco d'Aguiar solicitou que lhe fosse facultada cópia da intervenção escrita do Presidente da Câmara ainda durante a sessão e declarou fazer questão que ficasse registado em acta que "Os executivos camarários até Dezembro de 97 foram eleitos em eleições livres pelo povo de Alpiarça".

O Presidente da Câmara prestou os esclarecimentos solicitados por Ricardo Hipólito sobre o caminho para a exploração de inertes. O eleito João Abílio pediu também um esclarecimento sobre as infra-estruturas desta exploração, tendo o Vereador António José Coelho respondido.

O eleito Ricardo Hipólito voltou a realçar que lamentaria muito que algum elemento do PC estivesse ligado a atitudes de cobardia. Também Vasco d'Aguiar referiu que o PC é frontalmente contra tudo o que sejam produtos anónimos e que não admite insinuações sobre esta matéria. Voltou a solicitar que lhes seja facultada a intervenção do Presidente da Câmara.

Não havendo mais intervenções foi dado início ao período da Ordem do Dia.

PERÍODO DA ORDEM DO DIA

Ponto um - Apreciação da Informação Escrita a apresentar pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal acerca da Actividade do Município e da sua situação financeira, ao abrigo da alínea e), do n.º 1, do art.º 53º, da Lei n.º 5-

A/2002 de 11 de Janeiro.

Depois de apresentada pelo Presidente da Câmara a informação sobre a actividade do município não houve intervenções.

Ponto dois- Apreciação e votação da Proposta de Estatutos da Comunidade Urbana da Lezíria do Tejo e anexo relativo ao Património da AMLT, a transferir para a Comunidade Urbana e Proposta de Competência a transferir dos Municípios para a CULT.

Intervieram os eleitos Ricardo Hipólito e Paulo Espírito Santo. O primeiro considerando que este projecto é uma saída para o que foi reprovado – uma regionalização que retalha o país, afastando cada vez mais o poder de decisão dos directamente eleitos. O segundo para afirmar que, não sendo a melhor proposta é a que mais se aproxima do modelo de regionalização defendido pelo PS, pelo seu carácter mais descentralizador em relação ao que existe actualmente.

O Presidente da Câmara informou sobre o processo de discussão e aprovação dos estatutos, em unanimidade, por todos os municípios que constituem a comunidade.

Colocada a proposta à votação, foi aprovada por maioria, com onze votos a favor e cinco contra. A bancada da CDU apresentou declaração de voto, que se anexa.

Ponto três- Apreciação da Actividade de 2003 da Comissão de Protecção de Crianças e Jovens em Risco, ao abrigo da Lei n.º 147/99 de 1 de Setembro.

Este ponto foi inserido apenas para conhecimentos dos eleitos, não havendo lugar a votação. Não houve intervenções.

Ponto quatro – Apreciação e votação do Regulamento do Serviço de Abastecimento de Água do Município de Alpiarça.

Não houve intervenções. Colocado à votação, foi aprovado por maioria, com onze votos a favor e cinco abstenções.

PERÍODO DEPOIS DA ORDEM DO DIA

Concluída a ordem do dia e havendo diversa assistência na sala, a Presidente da Mesa informou que estava aberto o período para intervenção do público.

Não se registaram intervenções.

Seguidamente, a Presidente da Mesa colocou à aprovação a minuta da acta da sessão, para efeitos de execução imediata das deliberações, a qual foi aprovada por unanimidade.

Nada mais havendo para tratar, foi pela Presidente da Mesa encerrada a sessão da qual se redigiu a presente acta, que vai pelos membros da Mesa ser assinada.

Presidente: _____

1.º Secretário: _____

2.º Secretário: _____